

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº DE 2011 (do Sr. Vanderlei Macris)

Solicita a realização de Audiência Pública com o Ministro Chefe de Estado da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Antônio Palocci, para explicar o incremento patrimonial supostamente operado na relação de seus bens, no período de 2006 a 2011.

Senhor Presidente,

Requeiro que V. Exa., com base no art. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Audiência Pública com a presença do Ministro Chefe de Estado da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Antônio Palocci, para explicar o incremento patrimonial supostamente operado na relação de seus bens, no período de 2006 a 2011.

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, a imprensa brasileira noticiou extraordinário incremento patrimonial operado em relação às rendas e aos bens do Sr. Ministro Antônio Palocci, no período de 2006-2010.

Segundo informações publicadas, o patrimônio pessoal do referido ministro teria crescido o equivalente a vinte vezes em apenas quatro anos, passando de R\$ 375 mil para cerca de R\$ 7,5 milhões, entre os anos de 2006 e 2010.

A propósito, vejam-se as notícias publicadas na imprensa nacional:

“16/05/2011 - 12h52 – Folha Online:

Comissão de Ética da Presidência analisa fortuna de Palocci

MÁRCIO FALCÃO

DE BRASÍLIA

A Comissão de Ética Pública da Presidência discute nesta segunda-feira a evolução patrimonial do ministro Antonio Palocci (Casa Civil), que entre 2006 e 2010 multiplicou por 20 vezes o valor de seus bens --passou de R\$ 375 mil para cerca de R\$ 7,5 milhões.

Segundo o conselheiro Humberto Gomes de Barros, o caso está sendo tratado na reunião da comissão, mas ainda não houve nenhuma deliberação.

O encontro da comissão já estava marcado para hoje. Dos sete integrantes, apenas a conselheira Marília Muricy não está presente.

A presidente Dilma Rousseff e Palocci despacham no Planalto. A assessoria, no entanto, não confirma se eles já se reuniram.

A Folha revelou ontem que o ministro adquiriu dois imóveis em área nobre de São Paulo: um apartamento de R\$ 6,6 milhões e um escritório de R\$ 882 mil.

Nos quatro anos de mandato, quando se destacou na bancada do PT em debates importantes da Câmara, como o da reforma tributária, Palocci recebeu em salários R\$ 974 mil, brutos.

Os dois imóveis foram comprados por Palocci por meio da empresa Projeto, da qual ele é sócio principal, com 99,9% do capital.

De acordo com o ministro, as transações, feitas diretamente com as construtoras, foram bancadas com recursos próprios da empresa.

A Projeto foi criada em 2006 como consultoria e foi transformada em administradora de imóveis em 2010. A Folha foi duas vezes à sede da empresa e encontrou a sala fechada, sem placa na porta nem identificação na recepção do prédio.

A única pessoa que atendeu os telefonemas diz não saber a atividade da Projeto.”

As denúncias são graves, de interesse público e justificam a atuação fiscalizadora do Congresso Nacional, uma vez que envolvem autoridade pública componente da alta administração federal.

A Constituição Federal, em seu art. 49, inciso X, prevê a competência do Congresso Nacional para “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta”.

Destarte, a realização da Audiência Pública que ora requeremos é de fundamental importância para o esclarecimento dos fatos, como também para que esta Comissão possa contribuir com a sua solução.

Sala das Comissões, em de maio de 2011

Deputado Vanderlei Macris
PSDB - SP